

**Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2015  
(Do Sr. Hissa Abrahão e da Sra. Carmen Zanotto)**

*Requer seja convocado o Senhor SÉRGIO ROSA, Ex-Presidente da Previdência Complementar do Banco do Brasil – Previ, referente aos anos de 2003 até 2015.*

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o art. 58, §3º da Constituição Federal, que, ouvido o plenário desta Comissão, seja convocado o Senhor **SÉRGIO ROSA**, Ex-Presidente da Caixa de Previdência dos Fundos do Banco do Brasil – Previ, para prestar esclarecimentos acerca dos prejuízos causados por má gestão e decisões de investimento suspeitas n fundo de pensão.

**JUSTIFICATIVA**

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI - é uma *entidade fechada* de previdência privada, de gestão compartilhada. Este fundo de pensão gerencia a previdência complementar dos funcionários do Banco do Brasil e foi criado em 16 de abril de 1904, antes mesmo da seguridade social estatal no Brasil. Por gerir imenso volume de dinheiro dos seus associados, a Previ é considerada um dos maiores investidores do Brasil, ocupando hoje a categoria do maior fundo de pensão da América Latina e 24º do mundo em patrimônio, que gira em torno de R\$ 155 bilhões, conforme os dados oficiais de setembro/2011. Esses recursos, após serem aplicados,

**Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.**

deveriam, em tese, garantir a consumação de seu propósito - o pagamento dos benefícios aos participantes e seus dependentes, tendo como função complementar o benefício do INSS dos funcionários aposentados da empresa e pensionistas. Mas não é o que vem ocorrendo. Acredita-se que muito da degradação do patrimônio do Previ tenha tido origem em investimentos duvidosos ocorridos em períodos anteriores, problema que foi agravado diante da inaptidão da direção seguinte de reverter a situação.

Segundo denúncias, desde 2003, o Governo aparelhou os órgãos de governança corporativa da Previ, com conselheiros e diretores que atuaram de forma a atender interesses escusos de agentes externos, causando prejuízos causados por má gestão e decisões de investimento suspeitas no fundo de pensão.

Investigações da Operação Lava Jato da Polícia Federal demonstram que a construtora OAS contratou serviços de consultoria do ex-presidente da Previ Sérgio Rosa por R\$ 720.000,00. De dezembro de 2012 a junho de 2014, Sérgio Rosa recebeu R\$ 600.000,00, sendo R\$ 563.100,00 líquidos, divididos em dez parcelas, de acordo com um documento interno da empreiteira apreendido pela Polícia Federal. Segundo os documentos, duas parcelas finais, que somavam 120.000,00 ainda eram previstas, mas não é possível saber se foram pagas.

Sérgio Rosa foi o representante da Previ na Vale, como presidente do conselho de administração da mineradora de 2003 a 2010, quando deixou o comando da Previ. A Previdência Complementar do Banco do Brasil é sócia da OAS na Invepar, empresa que controla concessões como o Aeroporto Internacional de Guarulhos. O fundo de pensão também possui participações societárias em empreendimentos como a usina hidrelétrica de BeloMonte, onde é sócio da Camargo Corrêa, também investigada na Operação Lava Jato.

Esses fatos demonstram a dimensão do esquema de corrupção envolvendo prejuízos causados por má gestão e decisões de investimento suspeitas no fundo de pensão. Daí porque apresentamos o presente

**Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes.**

requerimento, para que o ex-presidente tenha a oportunidade de prestar os devidos esclarecimentos dos fatos conexos ao objeto desta CPI dos Fundos de Pensão, instituições que movimentam cifras gigantescas, oriundas também e em boa parte, diretamente dos cofres públicos.

Em vista do exposto, solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em      de agosto de 2015.

**Dep. Hissa Abrahão**  
**PPS/AM**

**Dep. Camen Zanotto**  
**PPS/SC**